



Senado conclui votação da reforma da Previdência

Promulgação deve ocorrer até 19 de novembro, após a aprovação do projeto de lei complementar que vai regulamentar direito à aposentadoria nos casos de periculosidade



Davi Alcolumbre pede que Paulo Paim (C, ao lado de Fernando Bezerra) declare o resultado da aprovação, por unanimidade, com 79 votos, de destaque do PT

Ontem a reforma da Previdência foi definitivamente aprovada no Senado, após uma última alteração: a retirada da expressão “enquadramento por periculosidade” da proposição, já que o texto poderia impedir quem exerce atividades perigosas de tentar obter a aposentadoria especial na Justiça. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a reforma deve ser promulgada em 5, 12 ou 19 de novembro, após a aprovação do projeto de lei complementar que vai regulamentar o direito à aposentadoria de trabalhadores em condições de periculosidade. **4 e 5**

Congresso libera R\$ 40,5 bi para leilão do pré-sal

Parlamentares aprovaram crédito suplementar para que o Executivo possa honrar compromisso assumido com a Petrobras e executar o leilão

em 6 de novembro. Será leiloado o petróleo descoberto na camada pré-sal que excede o volume vendido à estatal em 2010. O dinheiro também

permitirá o repasse ainda em 2019 de parcela do bônus de assinatura, a ser pago pelas empresas vencedoras do leilão, a estados e municípios. **3**

Operações de crédito rural de Sudam e Sudene terão R\$ 1,85 bi **3**

Indígenas pedem menos interferência do Estado **7**



Congresso também prorrogou até 14 de novembro o prazo para projetos de créditos suplementares e especiais

Tasso Jereissati apresenta relatório sobre a PEC Paralela

O parecer muda a regra de transição para mulheres, a contribuição social das entidades filantrópicas, a adesão de estados e municípios às novas regras previdenciárias e as limitações financeiras impostas aos entes federados em razão da não adesão, entre outras emendas acatadas. **4 e 5**

Davi assume interinamente a Presidência da República

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, está interinamente desde ontem no comando do Executivo, devido a viagens de Bolsonaro, Mourão e Rodrigo Maia ao exterior. Ele fica no cargo até amanhã, quando assina, em Macapá, decreto que regulará a transferência de terras da União ao Amapá. **2**

Ministro do Meio Ambiente falará de óleo no Nordeste

A Comissão de Meio Ambiente aprovou convite para que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, explique as medidas que estão sendo tomadas no caso das manchas de óleo no litoral do Nordeste. Presidente em exercício, Davi Alcolumbre, visita hoje Alagoas e Sergipe. **8**

Maioria das comissões aprova emendas ao Orçamento 2020

Os colegiados finalizaram a análise de propostas dos senadores tanto ao Orçamento quanto ao Plano Plurianual 2020-2023. Todas as sugestões serão

apreciadas agora pela Comissão Mista de Orçamento. A maior emenda em volume de recursos destina R\$ 2,1 bi à conservação da biodiversidade. **5**



Revitalização de bacias por parte da Codevasf vai receber recursos

CPMI das Fake News vai ouvir Gleisi e general Santos Cruz **8**

Convidados defendem dia nacional dedicado à esquizofrenia **6**

Davi exerce Presidência da República até amanhã

Presidente do Senado está interinamente no comando do Executivo, devido a viagens de Bolsonaro, Mourão e Maia ao exterior. Hoje ele vai ao Nordeste acompanhar a situação do óleo nas praias

O PRESIDENTE DO Senado, Davi Alcolumbre, assumiu a Presidência da República ontem, após viagem do vice-presidente Hamilton Mourão ao Peru. Davi é o primeiro presidente da República no exercício do cargo nascido no Amapá e pertencente à religião judaica.

— É com a mesma humildade, que carrego ao longo de toda a minha vida pública, e compromisso com o Amapá e o Brasil que assumo o cargo de presidente da República em exercício. A minha responsabilidade com o povo brasileiro, formado por diversos grupos culturais e sociais, só aumenta a partir de agora. Sou o primeiro filho do Amapá, estado lá do extremo Norte do Brasil, primeiro judeu e descendente de marroquinos a assumir a Presidência da República.

O comando da República foi transferido em cerimônia na Base Aérea de Brasília. Davi, o quarto na linha de sucessão, permanece no cargo até amanhã, diante da ausência no país do presidente da Câmara dos



Davi Alcolumbre cumprimenta Hamilton Mourão na transição do cargo

Deputados, Rodrigo Maia, que foi para Irlanda e Inglaterra. O presidente Jair Bolsonaro está em viagem pela Ásia.

Na tarde de ontem, o presidente em exercício despachou no gabinete da Presidência, no Palácio do Planalto.

Hoje Davi irá à Região Nordeste para acompanhar a situação das praias atingidas pelo vazamento de petróleo, considerado um dos maiores desastres ambientais do país.

O ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, e parlamentares farão parte da comitiva em Alagoas e Sergipe.

Amanhã, o presidente em exercício assinará um decreto que regulamentará a transferência de terras da União ao Amapá, prevista na MP 901/2019. O ato acontecerá na Fortaleza de São José, em Macapá.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Muda Senado pede apoio à redução de parlamentares

Os senadores do movimento Muda Senado, Muda Brasil pediram, em coletiva à imprensa ontem, o apoio da população para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 12/2019, que reduz em um terço o número de senadores e deputados federais e promete uma economia anual de R\$ 680 milhões. A PEC, de Alvaro Dias (Podemos-PR), tem relatório favorável de Oriovisto Guimarães (Podemos-PR) e está pronta para votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Questionado se não seria mais fácil cortar privilégios, como carros oficiais, Alvaro disse que o grupo não procura o que é fácil, mas o que é ideal. Ele comparou o Brasil aos Estados Unidos, que, proporcionalmente, têm 15% a menos de parlamentares.

— Ou nós cortamos na própria carne ou perdemos a autoridade de decidir sobre o futuro do país, especialmente no que diz respeito a corte de benefícios. Obviamente, na esteira dessas providências, devem vir sim a eliminação de todos os privilégios.

Oriovisto lembrou que a economia pode ser de muitos bilhões por ano, já que a proposta reduz também as assembleias estaduais. Para ele, a população precisa saber que há no Congresso parlamentares pensando em mudar o país.

Lasier Martins (Podemos-RS) disse que o movimento não vai descansar nem desistir.

— Há um grupo novo de senadores que têm o mesmo pensamento, a mesma filosofia de respeitar o dinheiro público. Eduardo Girão (Podemos-

CE) explicou que o movimento tem senadores de vários partidos.

— É uma equipe que está incomodando, inclusive, porque quer fazer o que é certo, quer cortar na própria carne.

Arolde de Oliveira (PSD-RJ) ressaltou que a tecnologia compensará a redução de representantes.

— Com as tecnologias de cadastro biométrico do Tribunal Superior Eleitoral, nós podemos, por exemplo, ampliar o alcance da população a participar diretamente de todas as decisões do Poder Legislativo, por meio de suas opiniões diretas, como fazemos hoje nas redes sociais ou como fazem os internautas. Isso é uma realidade.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) disse que a PEC é um sonho dele.

— Há um questionamento muito grande sobre o Senado, sobre o Congresso, sobre toda a estrutura pública, com números pesadíssimos de pessoas, de comissionados, de parlamentares, de representantes, que pouco devolvem. Apenas consomem.

O senador convocou a imprensa a ser otimista em relação à aprovação da PEC.

— Evitem passar pessimismo para a população. Vamos passar otimismo!

Frente parlamentar sobre gastos públicos é instalada

A Frente Parlamentar para a Transparência dos Gastos Públicos (FPTGP) foi instalada ontem no Senado. Soraya Thronicke (PSL-MS) foi escolhida presidente do colegiado, que terá como vice Arolde de Oliveira (PSD-RJ).

A frente tem a finalidade de debater a transparência dos gastos públicos e a cultura do monitoramento desses gastos nas três esferas da Federação, além de produzir legislação para assegurar a transparência de acordos para a melhoria da publicidade e do acesso a informação sobre os gastos.

Segundo Soraya, a criação do colegiado é importante para que o Senado exerça sua função fiscalizadora, que muitas vezes é deixada de lado.

— Essa frente foi idealizada com o objetivo de estimular a ampliação de políticas públicas inovadoras de transparência, com foco no combate à corrupção e no incentivo à integridade pública. Precisamos unir pessoas e fortalecer as ações de combate à corrupção — disse.

Ela também disse ser preciso combater a corrupção de forma preventiva, cons-

truindo uma governança responsável e transparente para lidar com esses problemas de gestão pública.

Para Reguffe (Podemos-DF), é necessário uma maior transparência sobre os gastos governamentais.

— Eu também quero que essa frente não seja apenas mais uma frente parlamentar, mas seja uma frente efetiva e que dê uma contribuição para a sociedade brasileira — comentou o senador.

Styvenson Valentim (Podemos-RN) e Marcos do Val (Podemos-ES) afirmaram ser preciso combater a cultura brasileira de incentivo às “pequenas corrupções do dia a dia”, que ocorrem também dentro dos órgãos públicos. Para os senadores, é importante combater tanto a corrupção ativa quanto estes pequenos atos que geram despesas.

— Hoje dizer que o país está sem dinheiro, não tem condições de investimento em educação, segurança e saúde... Eu acho que não tem condição de gestão, nunca teve, na verdade — criticou Styvenson.

A frente tem 20 senadores e terá o plano de trabalho apresentado na próxima reunião.



Soraya Thronicke e Arolde de Oliveira serão presidente e vice

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/atividadeLegislativa>



- CDH Financiamento habitacional**
9h Entre 34 itens, o PL 2.902/2019 que prioriza a mulher na contratação de financiamento habitacional.
- CE O Brasil na Olimpíada**
10h Audiência sobre o PL 5.183/2019, que institui o ano de 2020 como o Ano da Participação Olímpica Brasileira, com a participação do presidente do Comitê Olímpico do Brasil, Paulo Wanderley Teixeira.

- CRA Pesca e turismo**
10h Audiência para debater desenvolvimento da pesca e do turismo no Brasil.
- CRE Sabatina e acordos**
10h Sabatina de embaixadores para Sri Lanka, Cazaquistão e Canadá. Depois, pauta de 10 itens.
- PLENÁRIO Sessão não deliberativa**
14h Sessão destinada a pronunciamentos e avisos da Mesa.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/integraPlenario>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/integraComissoes>



Alessandro, Randolfe, Styvenson e Alvaro são membros do Muda Senado

Congresso libera R\$ 40,5 bi a leilão e bônus do pré-sal

Parlamentares autorizaram o uso do dinheiro para viabilizar a venda do petróleo da camada pré-sal que excede o volume contratado com a Petrobras. Estados e municípios receberão parte dos recursos

O CONGRESSO APROVOU ontem a abertura de crédito especial de R\$ 40,5 bilhões no Orçamento deste ano. Desse montante, R\$ 34,6 bilhões irão para o Ministério de Minas e Energia, para cumprir acordo feito com a Petrobras para viabilizar o megaleilão do pré-sal, previsto para 6 de novembro (PLN 45/2019). Os R\$ 5,9 bilhões restantes serão transferidos para estados, Distrito Federal e municípios, como parte da partilha do bônus de assinatura referente ao leilão. A proposta segue para análise presidencial.

Firmado entre a Petrobras e a União em 2010, o contrato de cessão onerosa garantia à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em áreas

do pré-sal pelo prazo de 40 anos. Em troca, a empresa antecipou o pagamento de R\$ 74,8 bilhões à União. No entanto, os volumes de petróleo descobertos na área ultrapassa os 5 bilhões de barris e podem chegar a 15 milhões de barris — é a exploração desse excedente que será licitada no próximo mês. Desde 2013, o governo vem negociando um aditivo ao contrato, depois que a Petrobras pediu ajustes em razão da desvalorização do preço do barril no mercado internacional.

O texto aprovado foi o substitutivo apresentado pelo relator na Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Eduardo Gomes (MDB-TO). Inicialmente, o projeto previa

apenas os R\$ 34,6 bilhões da Petrobras, mas o governo enviou um pedido de acréscimo de R\$ 5,9 bilhões para pagar a parcela devida a estados, Distrito Federal e municípios. A divisão foi acertada com a aprovação do Projeto de Lei 5.478/2019, transformado na Lei 13.885, de 2019.

Especiais

O PLN 45/2019 prevê ainda a abertura de crédito especial de R\$ 16,7 milhões. Desse valor, R\$ 8,2 milhões vão para o Maranhão pagar precatórios, e R\$ 8,5 milhões para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financiar subvenção econômica em operações de investimento rural e agroindustrial.



Texto aprovado pelo Congresso também abre crédito especial de R\$ 16,7 milhões para o Maranhão e o BNDES

Governo terá mais tempo para pedidos de crédito

O Congresso aprovou ontem a proposta que muda de 15 de outubro para 14 de novembro de 2019 o prazo para o envio pelo Executivo de projetos de lei propondo créditos suplementares e especiais.

A mudança atende à abertura de crédito para a execução do leilão do pré-sal, em 6 de novembro. O texto será encaminhado para análise presidencial.

De acordo com o governo, o projeto de lei do Congresso (PLN 27/2019) é necessário porque o leilão poderá influenciar o valor a ser repassado a estados e municípios, conforme critérios de rateio

já aprovados pelo Congresso. O projeto já havia recebido parecer pela aprovação do relator, Izalci Lucas (PSDB-DF), na Comissão de Orçamento. O senador considerou convincentes os motivos expostos pelo governo.

O relator acatou um adendo apresentado em Plenário que autoriza a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) a continuar a execução de projetos de saneamento celebrados até 2018, desde que não haja ação simultânea com o mesmo objeto financiada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

Favorável ao projeto, o

deputado Claudio Cajado (PP-BA) disse que a proposta beneficia a execução orçamentária e melhora o desempenho das políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais.

Antes da votação, o senador Cid Gomes (PDT-CE) questionou o projeto, uma vez que o bônus dos leilões de petróleo do pré-sal é fixo, e não haveria necessidade de complementação.

O deputado Domingos Sávio (PSDB-MG) esclareceu que a proposta visa garantir o recebimento dos recursos do leilão pelos estados e municípios ainda em 2019.

Autorizado R\$ 1,85 bilhão para crédito rural

O Congresso aprovou ontem o projeto de lei que concede crédito especial de R\$ 1,85 bilhão para operações de crédito rural das Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Norte (Sudam) e para cumprimento de decisões judiciais.

O PLN 9/2019 ainda libera

R\$ 10 mil para o pagamento a organismos internacionais pelo Ministério de Minas e Energia.

Segundo o governo, o crédito, oriundo do cancelamento de repasses ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é necessário porque o Congresso derrubou vetos após a

sanção da Lei 13.606, de 2018, que trata do crédito rural.

O deputado Edmilson Rodrigues (Psol-PA) criticou a retirada de verbas do FAT para atender à medida, apesar de destacar que a destinação do dinheiro é meritória. Para ele, o fundo deve ser preservado para os trabalhadores.

Com acordo, Legislativo aprova mais de R\$ 2,5 bi suplementares

Após negociações que incluíram a alteração de fontes de recursos a serem cancelados, 13 projetos de lei do Congresso foram aprovados ontem. Eles alteram o Orçamento de 2019 (Lei 13.808). Foram mais de R\$ 2,569 bilhões cancelados e redistribuídos.

Com o acordo entre as lideranças, foram colocados para votação em bloco 13 créditos especiais e suplementares. Houve grande debate sobre os projetos que cancelavam recursos do Ministério da Educação (MEC), redestinando-os a outras áreas.

Para efetivar a aprovação do PLN 38/2019, que cancela R\$ 230 milhões do orçamento da educação, a senadora Soraya Thronicke (PSL-MS), relatora

de outro projeto, incluiu em seu parecer sobre o PLN 41/2019 — que abre créditos suplementares com dinheiro proveniente dos recursos depositados, em favor da União, dos acordos judiciais da Petrobras relacionados à Operação Lava Jato — um dispositivo que destinou mais de R\$ 1 bilhão ao MEC.

— Trata-se de um adendo do Plenário, em que se garante que os recursos oriundos de leis ou acordos anticorrupção [no caso, recuperados pela Lava Jato] sejam alocados na chamada Fonte 21. Dessa maneira, o MEC não será prejudicado — garantiu.

Veja abaixo como ficou o remanejamento dos recursos aprovados ontem pelo Congresso.

Projeto	Assunto
PLN 7/2019	Crédito especial de R\$ 300 mil para o Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Goiás e para pagamento de benefícios e pensões pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
PLN 8/2019	Crédito especial de mais de R\$ 89 mi para as Justiças Federal, Eleitoral e do Trabalho em PE, MG e RS.
PLN 11/2019	Crédito especial de R\$ 3,6 mi para as Justiças Federal e Eleitoral de PE, SP, PR e RS.
PLN 12/2019	Crédito suplementar de R\$ 13,3 mi para as Justiças Federal e Eleitoral, no DF, AC, AP, AM, BA, GO, MA, MT, MG, PA, PI, RO, RR e TO.
PLN 13/2019	Crédito suplementar de R\$ 39 mi para os Ministérios da Saúde, de Ciência e Tecnologia, de Desenvolvimento Regional e de Cidadania.
PLN 14/2019	Crédito especial de R\$ 31,5 mi para ações em saúde, abastecimento de água e inclusão social, entre outras.
PLN 16/2019	Crédito suplementar de R\$ 178,2 mi, para a área de turismo, para a Polícia Federal e a compra de aeronaves e fiscalização de barragens, entre outras ações.
PLN 17/2019	Crédito especial para a Controladoria-Geral da União e os Ministérios da Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 12,5 milhões.
PLN 19/2019	Crédito suplementar de R\$ 177,1 milhões para os Ministérios da Saúde, do Desenvolvimento Regional e da Justiça e Segurança Pública.
PLN 20/2019	Crédito especial de R\$ 56,5 mi para o Ministério do Desenvolvimento Regional: R\$ 46,5 mi para a contenção de cheias e inundações e de erosões em Cupira (PE) e R\$ 10 mi para a implantação do sistema da Barragem de Gatos (PE).
PLN 23/2019	Crédito suplementar de R\$ 137,8 mi para reforço de ações dos Ministérios da Economia, da Justiça e Segurança Pública, do Desenvolvimento Regional e da Cidadania.
PLN 38/2019	Crédito especial de R\$ 230 mi para pagamento de honorários periciais em ações nos juizados especiais federais em que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) seja parte.
PLN 41/2019	Crédito suplementar R\$ 1,3 bi para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, da Educação, da Cidadania e dos Direitos Humanos.

Comissão sabatina três indicados a embaixadas e analisa tratados

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) sabatina hoje indicados às embaixadas no Canadá, no Sri Lanka e no Cazaquistão.

O diplomata Pedro Henrique Lopes Bório é designado para o Canadá, país com população estimada em 35,8 milhões de habitantes. Membro do Grupo dos Sete (G7), que inclui as sete maiores democracias industriais do mundo, o Canadá “tem uma economia pujante e tecnologicamente sofisticada”, destaca o relatório da indicação, elaborado pelo senador Chico Rodrigues

(DEM-RR). As outras duas sabinas serão de Sergio Luiz Canaes, indicado ao Sri Lanka, e de Rubem Antonio Corrêa Barbosa, indicado ao Cazaquistão e, cumulativamente, ao Quirguistão e ao Turcomenistão.

A segunda parte da reunião da CRE será para votação de nove itens. São três requerimentos e seis projetos que aprovam acordos do Brasil com outros países — entre eles, o PDL 50/2019, com Portugal, que cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude.

Aprovada, reforma da Previdência deve ser promulgada até 19 de novembro

Senadores acataram ontem uma última mudança, para retirar a expressão “enquadramento por periculosidade” do texto, o que dificultaria os pedidos de aposentadoria especial. A regulamentação dos casos de atividades perigosas será feita por meio de projeto de lei



A REFORMA DA Previdência foi definitivamente aprovada ontem no Senado. “Aos 49 minutos do segundo tempo”, como disse Esperidião Amin (PP-SC), foi feita, com aprovação unânime (79 votos), a última alteração na proposta: a retirada do “enquadramento por periculosidade” do texto, já que a inserção do termo na Constituição poderia impedir os trabalhadores que exercem atividades perigosas de tentar obter a aposentadoria especial na Justiça. A PEC 6/2019 será promulgada em sessão do Congresso, que deve ocorrer até 19 de novembro e contará com a presença do presidente Jair Bolsonaro, segundo o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, via Twitter.

— Tenho conversando com todos os líderes, tentado buscar a voz de conciliação, de pacificação, e é por isso que eu acho que a gente tem conseguido avançar muito no Senado, no Parlamento. Esta legislatura é reconhecida pelos brasileiros como a legislatura que tomou para si a responsabilidade de fazer as reformas de que o país precisava. Essa matéria foi abraçada pelo Congresso Nacional como uma proposta do Brasil, e não de um governo — disse Davi, durante a votação.

O acordo envolveu líderes partidários, do governo, Davi e o secretário especial da Previdência, Rogério Marinho, para permitir a modificação do texto, a partir de um destaque apresentado pelo PT e aprovado ontem no Plenário. A redação anterior da PEC, ao tratar de aposentadorias decorrentes de atividades que sejam exercidas com exposição a agentes nocivos, químicos, físicos e biológicos ou prejudiciais à saúde, proibiria a concessão do enquadramento por periculosidade. Isso praticamente impediria a concessão de aposentadoria especial para trabalhadores em atividades perigosas como vigilantes,

guardas de trânsito, frentistas e eletricitistas. A negociação retirou a expressão e a vinculou à elaboração de um projeto de lei complementar, para regulamentar definitivamente quais atividades devem ser enquadradas como perigosas, o que vai também diminuir a insegurança jurídica e a briga na Justiça por esse direito — que era um dos objetivos do Executivo com a reforma.

— O governo vai preparar esse projeto e deve mandar para o Senado na quarta-feira da próxima semana. Esse projeto vai definir quais são os critérios de concessão para evitar essa judicialização, que hoje chega a quase 70% das concessões de aposentadorias especiais no país — explicou Marinho.

O relator da reforma, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), frisou que o compromisso é de aprovar o projeto complementar rapidamente e que a retirada da expressão não causa nenhum impacto fiscal imediato, nem afeta a economia de R\$ 800 bilhões estimada com a aprovação.

— O impacto fiscal não seria imediato, seria a longo prazo. Quero deixar registrado: não tem impacto financeiro nenhum, apenas desconstitucionaliza a questão da periculosidade — disse Tasso.

Um último destaque — apresentado pela Rede — foi retirado pelo líder do partido, senador Randolfe Rodrigues (AP), ainda como parte do acordo geral.

Randolfe informou que a proposta deverá ser apresentada pela Liderança do MDB como projeto de lei complementar (PLP) e ter Esperidião Amin como relator, tramitando com urgência no Senado.

Segundo Rose de Freitas (Podemos-ES), a PEC 6/2019 só deverá ser promulgada após a aprovação desse PLP, “para que garantamos que não seja excluído o direito da classe trabalhadora nas atividades que sabemos que são nocivas, flagrantemente



Esperidião Amin, deputado distrital Chico Vigilante e Davi Alcolumbre conversam com Paulo Paim na votação dos destaques à PEC da Previdência

nocivas”. Paulo Paim (PT-RS), que encerrou a sessão e promulgou o resultado da votação do destaque, mencionou que a reforma ainda não terminou, já que a PEC Paralela (PEC 133/2019) está na pauta e poderá aperfeiçoar a proposta, e o PLP da periculosidade também precisa ser votado.

— Acredito que possamos construir concertações como a que construímos com esse destaque — disse Paim.

Agradecimentos

A aprovação de uma reforma possível, não necessariamente ideal, o reconhecimento do trabalho bem-feito e exaustivo do relator para aprimorar a proposta, e a luta de Paim para amenizar derrotas aos trabalhadores, foram destacados nas manifestações dos senadores.

— Tasso Jereissati, com espírito democrático, soube reconhecer os erros, os excessos da reforma apresentada pela Câmara dos Deputados e teve a capacidade de, no seu relatório, tirar as injustiças,

como mudanças no BPC [Benefício de Prestação Continuada] e no trabalho rural. Como verdadeiro estadista, esteve ao meu lado na condução dos trabalhos da CCJ [Comissão de Constituição e Justiça]. Outro personagem fundamental, porque esta é uma Casa democrática, do diálogo, do equilíbrio e moderação que tanto faltam nas ruas, nas praças, nas Casas do povo brasileiro, foi a figura equilibrada da oposição responsável e consciente do senador Paulo Paim, que vem como o mais legítimo representante do trabalhador brasileiro, que tem o espírito daquele que dá o sangue e o suor para que possamos fazer deste país um país verdadeiramente grande — disse Simone Tebet (MDB-MS), presidente da CCJ.

Tasso mencionou as dificuldades superadas com a ajuda dos líderes, que “não foram arrogantes e buscaram o consenso”, de Davi, de Simone e dos servidores que trabalharam na elaboração da proposta.

— O ponto mais alto não é na disputa

desse grande debate, mas sim no acordo que fizemos para fechar com chave de ouro a reforma — disse.

O senador Weverton (PDT-MA), comemorou a mudança em prol dos trabalhadores em atividades perigosas e criticou a aprovação da reforma, que segundo ele vai deixar os idosos mais pobres, dificultar a aposentadoria das mulheres e decretar “o fim da aposentadoria justa para as próximas gerações”.

— Que esta Casa que fala em altivez tenha a coragem de enfrentar bancos, petrolíferas e sistemas que sempre enfraquecem os mais fracos — disse.

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou que somente a aprovação da reforma não é suficiente para tirar o Brasil da crise.

— Precisamos já iniciar o debate de novos temas importantes e que venham a ajudar e contribuir para o Brasil crescer. Que depois desse ajuste, desse arrocho, a gente possa oferecer aos cidadãos serviços melhores — avaliou.

Para Confúcio, mudanças trazem perspectiva de otimismo ao país

Confúcio Moura (MDB-RO) afirmou ontem que a aprovação do texto-base da reforma da Previdência (PEC 6/2019) representa uma perspectiva de otimismo para o país. Segundo o senador, o momento deve ser dedicado à criação de uma política voltada para a necessidade do povo e para o equilíbrio do Estado.

Confúcio elogiou o trabalho da Casa durante a tramitação da proposta e, sobretudo, os discursos que defenderam posicionamentos na tribuna.

— Nós achamos que que as palavras parecem não ter importância quando faladas, mas elas são extraordinárias. Foi através da força do pronunciamento que a história e os grandes acontecimentos se realizaram.



Confúcio Moura

Governo tem que destravar Brasil, afirma Plínio Valério

Depois de votar a favor da proposta de reforma da Previdência (PEC 6/2019), Plínio Valério (PSDB-AM) alertou ontem que qualquer medida de retomada da economia deve contemplar o bem-estar do povo, especialmente dos pobres.

— Toma, presidente, a bola agora está contigo. Pare de reclamar, pare de estar de braços cruzados. Faça alguma coisa, ministro Paulo Guedes. A reforma foi dada, o Congresso entendeu, na sua maturidade. Agora trabalhe, pare de falar, não invente que agora depende da reforma tributária. Não invente mais nada, por favor. Faça este país destravar, andar, viver, chegar lá na base, porque, se a base não for atendida, se a base não tiver condições, a coisa explode.



Plínio Valério

Parecer da PEC Paralela muda regras para estados e municípios e de transição para aposentadoria de mulheres

O relator da reforma da Previdência, Tasso Jereissati (PSDB-CE), apresentou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) o relatório da PEC paralela (PEC 133/2019). O texto altera pontos da proposta principal da reforma (PEC 6/2019), aprovada em segundo turno também ontem. Após a leitura do parecer, a presidente da CCJ, Simone Tebet (MDB-MS) concedeu vista coletiva por 15 dias.

A versão original da PEC Paralela proíbe a transferência voluntária de recursos e a concessão de garantias ou subvenções da União para estados e municípios em desacordo com as normas de organização da Previdência. A vedação alcança ainda a concessão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais. Tasso acatou uma emenda de Otto Alencar (PSD-BA) que torna sem efeito essa punição.

— Concordamos com a justificativa da emenda quando diz que não é justo que o ente que reforme sua Previdência fique à mercê de burocracias em aspectos tão vitais — argumenta Tasso.

De acordo com a versão original, estados, DF e municípios poderiam adotar



Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Simone observa Tasso, relator da PEC Paralela

integralmente as regras da União por meio de lei ordinária. Já a emenda de Otto prevê que os entes poderão delegar à União a competência legislativa para definir os critérios de aposentadoria dos servidores locais — como tempo de contribuição e idade mínima. Essa delegação poderia ser revogada a qualquer tempo, por lei de iniciativa de governadores ou prefeitos.

Outra alteração feita por Tasso mantém a atual isenção das contribuições à seguridade para as instituições beneficentes de assistência social. A versão original da PEC Paralela acabava com o benefício para entidades que oferecem pouca contrapartida à sociedade. Uma emenda de Jorginho Mello (PL-SC) prevê a edição de uma lei complementar para tratar da

questão. Para o relator, existem muitas entidades empresariais disfarçadas de filantrópicas. Mas, diante da complexidade do tema, ele avalia que seria melhor um projeto de lei, e não uma alteração na Constituição.

— Nos próximos dias, apresentarei projeto de lei complementar regulamentando esta questão. O aprofundamento desta discussão nas últimas semanas permitiu que conhecêssemos belíssimas iniciativas de verdadeira filantropia pelo país, mas também trouxe perplexidade diante de uma realidade de muitas irregularidades, como demonstrado pelo Tribunal de Contas da União [TCU].

Crianças

Os senadores apresentaram 168 emendas de Plenário à PEC Paralela. O relator acolheu seis, além de ajustes ao texto. Entre elas, uma emenda de Jayme Campos (DEM-MT) que sugere a criação de um benefício universal para crianças e adolescentes. Tasso optou por concentrar o auxílio em famílias mais pobres e na primeira infância. Mesmo com a aprovação da PEC, será necessária a edição de

uma lei para definir o valor do benefício e efetivar a nova política.

— A universalização proposta, comum em países desenvolvidos, não geraria custo fiscal extra, pois poderia ser financiada pela unificação de diversas políticas públicas, focada nas crianças.

Outra emenda acatada é de Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) e retira do texto original a Previdência dos militares estaduais. Ele lembra que o PL 1.645/2019, que aguarda votação em uma comissão especial da Câmara, deve definir normas gerais sobre o tema.

Homens

Tasso ainda incorporou parcialmente emenda de Humberto Costa (PT-PE) que mantém em 15 anos de contribuição o tempo mínimo para homens que ainda não ingressaram no mercado de trabalho requererem aposentadoria.

Em outra mudança, nas regras de transição, em vez de a idade exigida das mulheres para a aposentadoria ser acrescida de seis meses a cada ano, o relator recomenda que o tempo extra seja adicionado a cada dois anos.

Davi Alcolumbre anuncia que aguardará a regulamentação da periculosidade

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, afirmou que a PEC da Reforma da Previdência (PEC 6/2019) deve ser promulgada em 5, 12 ou 19 de novembro. A incerteza decorre do acordo para que o Congresso só promulgue a PEC após a aprovação do projeto de lei complementar (PLP) que vai regulamentar o direito à aposentadoria nos casos de trabalhadores em condições de periculosidade.

Segundo Davi, o governo se comprometeu a fechar o texto do PLP na próxima semana e iniciar a tramitação da proposta pelo Senado. A expectativa

então é de que o projeto seja apreciado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), votado em Plenário e enviado à Câmara, onde receberá urgência para tramitação e votação célere da proposta pelos deputados.

— Aí poderemos fazer a promulgação da reforma da Previdência com a presença do Presidente da República, do presidente da Câmara, Rodrigo Maia, e de todos que participaram efetivamente do processo. Essa sessão solene não pode ser de dentro para fora, tem de ser de fora para dentro. É um fato histórico.

Comissões aprovam emendas ao projeto da LOA de 2020 e ao PPA 2020–2023

Comissões permanentes do Senado se reuniram ontem para definir suas emendas ao projeto de Lei de Orçamento Anual para 2020 (PLOA — PLN 5/2019) e ao Plano Plurianual de

2020 a 2023 (PPA — PLN 21/2019). As propostas dos colegiados seguem agora para a Comissão Mista de Orçamento (CMO). Veja as principais propostas de cada comissão:

CDR – Desenvolvimento Regional e Turismo	Orçamento
R\$ 500 milhões – infraestrutura turística nacional	R\$ 440 milhões – desenvolvimento sustentável local e integrado
PPA 2020 a 2023	Redução da meta do Índice de Segurança Hídrica de 717 para 500 municípios
	Atuação da Codevasf na revitalização de bacias hidrográficas
CAS – Assuntos Sociais	Orçamento
R\$ 280 milhões – unidades de atenção especializada em saúde	R\$ 230 milhões – Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação
PPA 2020 a 2023	R\$ 56 milhões – proteção social do Sistema Único de Assistência Social
	Nova diretriz – fomento à pesquisa científica e tecnológica em doenças raras
CCJ – Constituição e Justiça	Orçamento
R\$ 300 milhões – Codevasf: revitalização de bacias hidrográficas	R\$ 200 milhões – desenvolvimento de políticas de segurança pública
PPA 2020 a 2023	R\$ 1,2 bilhões – Codevasf: revitalização de bacias hidrográficas
	R\$ 982,43 milhões – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras
CDH – Direitos Humanos	Orçamento
R\$ 300 milhões – promoção e defesa de direitos para todos	R\$ 300 milhões – unidades de atendimento socioeducativas
PPA	R\$ 121 milhões – Programa de Proteção à Vida e Fortalecimento da Família
CMA – Meio Ambiente	Orçamento
R\$ 1 bilhão – saneamento básico em municípios com mais de 50 mil habitantes ou de regiões metropolitanas	R\$ 100 milhões – preservação da biodiversidade e recuperação ambiental
PPA	R\$ 2,1 bilhões – conservação da biodiversidade
	R\$ 1,8 bilhão – combate a mudanças do clima
	R\$ 1,2 bilhão – Codevasf: revitalização de bacias hidrográficas
CRA – Agricultura	Orçamento
R\$ 700 milhões – fomento da agricultura	
PPA	R\$ 240 milhões – infraestrutura física da Embrapa
CSF – Senado do Futuro	Orçamento
R\$ 780 milhões – recuperação de infraestrutura da União	R\$ 200 milhões – rotas produtivas na Amazônia Legal
PPA	R\$ 700 milhões – trecho rodoviário na BR-242
	R\$ 558 milhões – melhoras no canal de navegação da hidrovia do Rio Tocantins
CTFC – Transparência e Fiscalização	Orçamento
R\$ 200 milhões – Ministério da Justiça: proteção e defesa do consumidor	
PPA	Diretriz: prioridade para a melhoria da qualidade do gasto público
	Diretriz: redução das desigualdades sociais e regionais e desenvolvimento sustentável

Geraldo Magalhães/Agência Senado



Entre médicos, professores e familiares de pacientes, Arns (C) dirige debate na Comissão de Assuntos Sociais

Especialistas pedem mais atenção à esquizofrenia

Instituição de um dia nacional de conscientização e alerta para a doença que atinge 1 milhão de brasileiros foi discutida ontem em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais

ESPECIALISTAS DEFENDEM ONTEM na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a aprovação do Projeto de Lei 3.202/2019, que prevê um dia de conscientização e alerta para a esquizofrenia. A doença atinge 1 milhão de brasileiros, mas não afeta apenas a qualidade de vida dos pacientes: toda a família precisa lidar com os sintomas. É a mais cara entre as doenças mentais custeadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e, em média, reduz em 15 anos a expectativa de vida do paciente.

A doença é lembrada internacionalmente em 24 de maio, dia em que o psiquiatra Philippe Pinel, empossado chefe de um sanatório de homens em Paris contrariando o entendimento daquele tempo removeu as algemas dos pacientes que ficavam presos às paredes da instituição. O ato marcou uma nova era no tratamento psiquiátrico. Era 1793.

O professor Gustavo Doria, do Departamento de Medicina Forense e Psiquiatria da Universidade Federal do Paraná, explicou que a doença tem

componente hereditário e aparece geralmente no início da vida adulta, no auge da vida profissional do indivíduo. Os surtos, segundo ele, prejudicam o cérebro com perdas próximas a dez pontos no quociente de inteligência (QI).

O professor Ary Gadelha, coordenador do Programa de Esquizofrenia da Universidade Federal de São Paulo, reforçou que a doença afeta as regiões associativas do conhecimento no cérebro. Por isso, quanto mais precoce a intervenção médica, maior a chance de sucesso no tratamento.

O pesquisador destacou que os medicamentos são importantes para controlar os sintomas, mas viver com a doença requer terapias, exercício, reeducação cognitiva.

Entre essas terapias, o destaque vai para a cognitivo-comportamental (TCC), de acordo com a psicóloga Marina Saraiva da Silva. Ela destacou que a TCC é fundamental porque, embora a base do tratamento da esquizofrenia sejam os remédios, de 25% a 40% dos pacientes ainda expressam os

sintomas da doença mesmo depois de medicados.

O presidente da Associação Psiquiátrica da América Latina, Antônio Geraldo da Silva, disse que, de acordo com o Conselho Federal de Medicina, 10,6% das pessoas que morreram por suicídio foram diagnosticadas com esquizofrenia e não tratadas, ou tratadas de forma inadequada.

Os participantes viram a foto de André, que no ano passado, aos 33 anos, pesquisou a forma menos dolorosa de morrer e assim o fez. Quem mostrou a história foi Sarah Nicolleli, a presidente da Associação Mãos de Mães de Pessoas com Esquizofrenia e mãe de Cainã, também esquizofrênico.

Ela contou que seu filho toma remédios, mas depois do primeiro surto ficou mais introspectivo. Sarah apresentou outros jovens que precisam de ajuda quando em surto.

— Pessoas que trabalham nos Bombeiros, Samu, Capes, Polícia Militar e hospitais precisam saber como abordar e ajudar alguém em surto psicótico. Por isso, precisamos de um dia de conscientização.

Projeto deduz contratação de cuidador do IR

A Comissão de Direitos Humanos (CDH) pode votar hoje, às 9h, projeto que permite a dedução no Imposto de Renda das despesas com a Previdência Social pela contratação de cuidadores. O desconto é sobre o valor da contribuição patronal e vale apenas para o empregador

pessoa física. O autor do PLS 170/2013, senador Ciro Nogueira (PP-PI), argumenta que muitas famílias têm dificuldade para custear as despesas com cuidadores e, por isso, acabam pedindo demissão para ficar à disposição de parentes, sobretudo idosos. O relator, Lucas Barreto (PSD-AP), é favorável

à aprovação. Para ele, o mecanismo permitirá um alívio financeiro importante para as famílias, além de estimular a maior qualificação desses profissionais. “A compensação monetária que a proposição institui poderá significar uma interessante medida de estímulo à qualificação”, explica.

Convidados: Brasil pode fazer pesquisa de ponta em saúde

O Brasil tem potencial para desenvolver pesquisas de ponta na área da saúde, respondendo inclusive a problemas mundiais. Foi o que disseram os convidados da audiência pública promovida ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) com o objetivo de divulgar o trabalho de instituições que atuam na saúde pública do país. O pedido de audiência foi feito por Paulo Rocha (PT-PA), que enfatizou a relevância das informações para a elaboração de projetos de lei e a análise de medidas provisórias enviadas pelo Poder Executivo.

Para a diretora-substituída do Instituto Evandro Chagas (IEC), Livia Caricio Martins, para que o país continue se desenvolvendo na pesquisa em saúde, é necessário o fortalecimento das parcerias entre as instituições, mais atenção do governo e mais investimentos na área. Segundo ela, entre as principais ações do IEC estão o desenvolvimento de vacinas, a publicação científica e o fornecimento de dados para o combate a doenças.

— Pesquisa resulta em prevenção, em tratamento e traz sempre resposta e melhoria para o problema que está afligindo as pessoas.

Sediado em Ananindeua (PA), o IEC existe desde 1936 e atua na pesquisa biomédica da região amazônica.

O coordenador-geral de Planejamento Estratégico da Fiocruz, Ricardo Godoi, destacou o protagonismo

da instituição nas pesquisas sobre febre amarela. A produção anual de vacinas saltou de 25 milhões para 67 milhões de doses após surto da doença em 2016. Segundo ele, a Fiocruz atua em 323 linhas de pesquisa, com 1.665 projetos e 1.914 publicações científicas por ano. São 275 patentes vigentes no exterior e 26 programas de pós-graduação oferecidos pelo órgão.

— A nossa missão é promover ciência e saúde para todos.

Paulo Rocha ressaltou a importância de aprofundar o debate sobre a pesquisa em saúde, independentemente de posições ideológicas.

— Embora estejamos num momento de polarização política, não queremos que essas audiências públicas tragam esse tipo de interpretação. O intuito é apresentar à sociedade e aos próprios parlamentares aquilo que a gente produz no campo da pesquisa.

Energia elétrica

O presidente da CCT, Vanderlan Cardoso (PP-GO), disse que a comissão está atenta ao tema e que luta pelo fim de contingenciamento de recursos para a pesquisa no Brasil.

Após a audiência a CCT aprovou pedido de debate sobre os impactos das mudanças nas tarifação da micro e da minigeração de energia elétrica. O pedido foi assinado por Vanderlan Cardoso e Paulo Rocha.



Livia Martins fala em audiência conduzida por Paulo Rocha (C)

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Davi Alcolumbre
Primeiro-vice-presidente: Antonio Anastasia
Segundo-vice-presidente: Lasier Martins
Primeiro-secretário: Sérgio Petecão
Segundo-secretário: Eduardo Gomes
Terceiro-secretário: Flávio Bolsonaro
Quarto-secretário: Luís Carlos Heinze
Suplentes de secretário: Marcos do Val, Weverton, Jaques Wagner e Leila Barros

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Érica Ceolin
Coordenadora-geral: Luciana Rodrigues
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burtle
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editores-chefe: Fernanda Vidigal

Edição e revisão: Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Claudio Portella, Ronaldo Alves e Sandro Alex

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Em audiência, indígenas criticam tutela do Estado

Representantes das comunidades defenderam ontem, em debate na Comissão de Agricultura, autonomia para gerar renda. Para eles, a interferência do governo impede a liberdade econômica

REPRESENTANTES DE COMUNIDADES tradicionais convidados para audiência na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) defenderam ontem a autonomia para a geração de renda pelos indígenas. Para eles, a tutela do Estado impede a liberdade e o desenvolvimento econômico de centenas de etnias, que estariam “condenadas a viver em condições miseráveis”.

A audiência foi realizada por iniciativa de Márcio Bittar (MDB-AC), Chico Rodrigues (DEM-RR), Jayme Campos (DEM-MT) e Soraya Thronicke (PSL-MS), que preside a CRA.

A secretária especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, Sílvia Waiãpi, afirmou que o povo indígena é composto por várias etnias com tempos diferentes de contato com os brancos, que evoluem com o tempo.

— Muitas frentes dizem que os povos indígenas têm que ficar intactos para não trair sua cultura. Produzimos e pagamos impostos como qualquer cidadão. Será que todos os povos indígenas estão condenados a viver na época das cavernas só para não ‘trair’? Será que nós, indígenas, não temos direito de tomar água gelada, ter acesso a celular? Estamos condenados a ficar o tempo inteiro no mato, correndo de onça e matando catitu para sobreviver? — declarou.

Sílvia disse ainda que “indígenas desnutridos são usados como massa de manobra para interesses escusos de organizações que recebem



Zokezomaiake, do povo pareci, fala em audiência conduzida por Heinze

milhões” para defender o povo. Mesmo assim, afirmou, “o desenvolvimento não chega, a educação não chega, e a história que chega é que o governo é contra eles, nega a cidadania a eles”.

— Índio não pode plantar soja e café, mas pode plantar maconha para incentivar o narcotráfico dentro do país. Basta uma batida da Polícia Federal em tribos do Nordeste para encontrar maconha. Isso não é da nossa cultura. São essas correntes que condenam os produtores indígenas. Para onde vai esse dinheiro?

Domínio agrícola

Agricultor indígena do povo pareci, Ronaldo Zokezomaiake explicou que sua comunidade optou pela produção agrícola “não para dizer que éramos empreendedores do agronegócio”, mas em razão do alto índice de desnutrição de seu povo, nos anos 90.

Ele destacou que a busca por novas alternativas de desenvol-

vimento deu origem ao projeto agrícola do povo pareci, que passou a contar com geração e renda nas comunidades.

— Hoje, os trabalhadores, que estavam à mercê do alcoolismo e de doenças, estão trabalhando nas terras indígenas. Temos mais de 40 formados em áreas acadêmicas. São médicos, odontólogos, engenheiros, agrônomos, técnicos de enfermagem e enfermeiros. Nossa política é gerar conhecimento para trabalharmos dentro do próprio território — disse.

Zokezomaiake disse ainda que a burocracia e normas legais geram entraves à produção indígena e impedem a regulamentação de muitos projetos. Ele também defendeu a oferta de crédito agrícola aos indígenas, para incentivo e financiamento de ações promovidas pelas comunidades tradicionais.

— Todo povo tem direito de escolher sua forma de se autodesenvolver — concluiu.

Subcomissão de Belo Monte quer resolver disputa por terra no Pará

O secretário de Assuntos Fundiários do Ministério da Agricultura (Mapa), Luiz Antônio Nabhan Garcia, vai receber hoje uma comitiva de sindicatos de produtores rurais de Altamira e Vitória do Xingu, no Pará. O acordo foi fechado ontem, em audiência da subcomissão que avalia os impactos da construção da Usina de Belo Monte. O presidente do colegiado, Zequinha Marinho (PSC-PA), deve participar da reunião.

Os produtores rurais dessas cidades protestam contra o reassentamento de 307 famílias de ribeirinhos que foram afetadas pela construção da hidrelétrica. Isso porque elas foram realocadas em terras dos produtores. Nabhan se ofereceu para buscar uma solução. O presidente do Ibama, Eduardo Fortunato, também será chamado para a reunião no ministério.

— O governo tem a obrigação de manter a segurança

jurídica. E o que vemos é que ela se perdeu neste caso. A propriedade necessita ser respeitada. Não podemos cometer injustiças com famílias que estão lá há 30, 40, 50 anos — disse Nabhan.

Na audiência, os produtores rurais disseram que o assentamento “mal planejado” tem causado impacto ambiental negativo e prejuízo à economia local.

— As áreas pretendidas para o assentamento total produzem cacau, gado, piscicultura, hortaliças, extrativismo vegetal e outras atividades rurais. Dinamizamos a economia local, geramos empregos e proporcionamos um fluxo na prestação de serviços. Além disso, colaboramos com as universidades em intercâmbios, pesquisas e testes de novas tecnologias — disse o diretor do Sindicato dos Produtores Rurais de Altamira Jorge Gonçalves.

Lido o relatório da medida que transfere o Coaf para o BC

A votação do relatório da Medida Provisória (MP) 893/2019 foi adiada para quarta-feira, às 14h30. A MP transfere o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) do Ministério da Economia para o Banco Central (BC) e renomeia o órgão como Unidade de Inteligência Financeira (UIF). Na reunião de ontem da comissão mista que analisa a medida, o presidente do colegiado, senador José Serra (PSDB-SP), decidiu pela suspensão

da reunião, após a leitura do parecer, em razão de sessão do Congresso Nacional.

O deputado Reinhold Stephanes Junior (PSD-PR), relator na comissão, propõe o restabelecimento do nome do órgão, voltando a chamá-lo de Coaf.

Ele informou que recebeu 70 emendas, das quais acatou integralmente 3 e parcialmente outras 42. Ele disse que as alterações foram acordadas com representantes do Banco Central e do Ministério da Economia.

Heinze defende exploração de minério por índios

Luís Carlos Heinze (PP-RS) defendeu ontem a alteração da lei para permitir atividades econômicas em reservas ambientais. Na opinião do senador, não tem lógica a Região Norte enfrentar dificuldades econômicas e de desenvolvimento enquanto o solo está cheio de riquezas minerais como nióbio e diamante.

— A questão central é permitir que indígenas e extrativistas possam ter condições de desenvolver atividades econômicas para garantir seu próprio sustento e uma das limitações é a proibição de exercer a produção agropecuária com fins comerciais.

Lucas denuncia omissão com o meio ambiente

Lucas Barreto (PSD-AP) criticou ontem o descaso das autoridades com o meio ambiente. Ele denunciou que o Brasil, por falta de comprometimento, deixou de ter acesso a um fundo internacional, a custo zero, para pagar as despesas com a limpeza da costa nordestina atingida por óleo.

— Brumadinho ocorreu porque não nos preocupamos com Mariana. Essas lamentáveis tragédias servem para nos lembrar que, se não corrigirmos o que fizemos de errado, pagaremos com o sacrifício do povo brasileiro.

Pesquisa: estradas do país precisam de manutenção

A Comissão de Infraestrutura (CI) lançou a Pesquisa CNT de Rodovias 2019, realizada pela Confederação Nacional do Transporte, um raio-x da situação das estradas brasileiras, incluindo o custo dos acidentes para a economia.

Segundo o diretor-executivo da CNT, Bruno Martins o Brasil tem mais de 1,7 milhão

de quilômetros de rodovias, 213 mil deles pavimentados. A pesquisa mostra, de acordo com ele, que as rodovias do país estão sobrecarregadas e necessitam de manutenção.

Como o Brasil tem diminuído o uso da malha ferroviária desde 1996, o transporte de cargas por caminhões se tornou a principal forma de

escoamento da produção. Dos 30 mil quilômetros de ferrovias, apenas 12 mil estão operacionais e transportam apenas sete produtos: ferro, carvão, milho, soja, açúcar, álcool e combustíveis.

Já as rodovias respondem por mais de 63% do transporte de cargas, por onde passa uma frota de mais 1,7 milhão de caminhões e um total de 102 milhões de veículos. A sobrecarga no sistema rodoviário se reflete nos 69,2 mil acidentes registrados em 2018, causando prejuízos de R\$ 9,7 bilhões.

Wellington Fagundes (PL-MT) frisou que esses valores são muito superiores ao custo da manutenção.

— Se houvesse o investimento previsto, esse gasto com as mortes não ocorreria.

As 10 piores estradas do país

1ª	(TO) Natividade – Barreiras (BA)
2ª	(GO) Jataí – Piranhas (GO)
3ª	(PA) Marabá – Dom Eliseu (PA)
4ª	(GO) Rio Verde – Iporá (GO)
5ª	(PA) Belém – Guaraí (TO)
6ª	(DF) Brasília – Palmas (TO)
7ª	(MG) Curvelo – Ibotirama (BA)
8ª	(RS) São Vicente do Sul – Santana do Livramento (RS)
9ª	(BA) BR-101 – Teófilo Otoni (MG)
10ª	(MG) Uberaba – Barretos (SP)

Fonte: Pesquisa CNT de Rodovias 2019

Ministro será convidado a falar sobre manchas de óleo

Titular do Meio Ambiente, Ricardo Salles deve explicar as medidas que estão sendo tomadas para minimizar as consequências do vazamento de óleo que atinge extensa região de praias do Nordeste

A COMISSÃO DE Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem convite para que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, explique as medidas que estão sendo tomadas no caso das manchas de óleo que atingem o litoral da Região Nordeste. Os senadores aprovaram também a indicação de um conjunto de providências a serem tomadas pelo governo. O documento, que pede que seja decretada a emergência ambiental, será encaminhado à Presidência da República.

Segundo o presidente da comissão, Fabiano Contarato (Rede-ES), o ministro já afirmou que comparecerá ao colegiado em 13 de novembro. Já a lista de sugestões aprovada na reunião foi consolidada a partir de audiência pública que tratou do tema na CMA.



Marinho do Brasil

Praias alagoanas estão entre as afetadas pelo desastre ambiental

Na terça-feira, Contarato e os Humberto Costa (PT-PE) e Jean Paul Prates (PT-RN) foram recebidos pelo presidente em exercício, Hamilton Mourão, para repassar essas sugestões.

— Ele foi extremamente solícito e disse que muito do que está aqui encontra-se em consonância com o que o governo federal está fazendo.

Entre as medidas sugeridas, está a decretação de estado de emergência ambiental no Nordeste, facilitando assim a liberação de recursos financeiros, humanos e materiais para enfrentar o vazamento. Eles também sugerem a divulgação das informações sobre o que está sendo feito pelos órgãos do Executivo e sobre o plano de contingência para o incidente.

Outras medidas sugeridas são a solicitação de apoio a governos estrangeiros e entidades internacionais, criação de um centro para monitorar casos semelhantes, destinação de recursos para pesquisas e apresentação de um plano de recuperação do meio ambiente e reparação de danos. Também pediram ações de treinamento e fornecimento de equipamentos para voluntários que têm atuado por conta própria para tentar limpar as praias.

Marcio Bittar (MDB-AC) concorda que o governo deve ter uma sala de monitoramento e elogiou a disposição dos senadores para contribuir com a solução do problema.

Presidente em exercício, Davi Alcolumbre irá a praias atingidas por vazamento de óleo

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, vai em comitiva hoje ao Nordeste para averiguar a situação das praias atingidas pelo vazamento de petróleo, já considerado um dos maiores desastres ambientais da história do país. No exercício da Presidência da República, ele visita hoje Barra de São Miguel, em Alagoas, e a praia de Aruana, em Sergipe. Além de Davi, a comitiva terá o ministro do Meio Ambiente, Ricardo

Salles, e autoridades estaduais e municipais. Senadores da bancada do Nordeste também vão acompanhar a agenda. Para Alessandro Vieira (Cidadania-SE), a visita da comitiva de Davi ao Nordeste demonstra respeito com a região. Ele disse que serão anunciadas medidas concretas em favor das populações atingidas com o desastre. Rodrigo Cunha (PSDB-AL) cobrou do governo ações urgentes para minimizar a catástrofe.

Governo quer definições sobre mercado de carbono

Em audiência na Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC), ontem, representantes do governo prestaram esclarecimentos sobre o funcionamento dos mecanismos de mercado de carbono, com ênfase para o Redd+, programa de incentivo para países em desenvolvimento que se comprometeram a reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Os debatedores esperam para

o Brasil um desenvolvimento positivo, mas ressaltaram que restam pontos a definir nas convenções internacionais.

Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores, Leonardo Cleaver de Athayde explicou a negociação de resultados de mitigação de emissões.

— Certos setores industriais, por natureza, tendem a ser

mais poluentes do que outros. É possível dar a eles a possibilidade de adquirir o excedente de mitigação de setores que tenham ultrapassado as metas.

Já o Redd+, segundo Athayde, é distinto dos mecanismos de mercado ao prever pagamento proporcional aos resultados de modo a incentivar países em desenvolvimento a preservar suas florestas.

Pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, Ana Luiza Champloni disse que, com o combate ao desmatamento e às queimadas, o Brasil foi o país que mais reduziu emissões de carbono, mas ainda enfrenta grandes desafios diante do Acordo de Paris, como a implantação do Código Florestal, o maior uso de fontes renováveis de energia, mudanças no transporte e novas técnicas agropecuárias.

CPI quer ouvir Gleisi, Santos Cruz e membros do PSL e do governo

A comissão parlamentar mista de inquérito que investiga notícias falsas nas redes sociais e assédio virtual (CPMI das Fake News) aprovou ontem depoimentos de vários membros do governo Secretaria-Geral da Presidência da República Carlos Alberto dos Santos Cruz.

Dois integrantes do segundo escalão do governo foram convocados, o que significa que eles não podem se recusar: o secretário especial de Comunicação Social da Presidência, Fabio Wajngarten, e assessor especial da Presidência para assuntos internacionais Filipe Martins.

A CPI mista aprovou, ainda, convites a dois deputados federais que estiveram no centro da recente crise no PSL, o partido de Jair Bolsonaro. Delegado Waldir (GO), ex-líder da bancada na Câmara, e Joice Hasselmann (SP), ex-líder do governo no

Congresso, também poderão depor.

Os membros da base do governo na CPI mista conseguiram aprovar a convocação da presidente nacional do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR).

No total, 67 dos 96 requerimentos na pauta da CPI foram aprovados. Também estão entre os convocados o empresário Paulo Marinho, primeiro suplente do senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ); o empresário Luciano Hang, dono da rede de lojas de departamentos Havan; o cineasta Josias Teófilo; e o influenciador digital Bernardo Pires Küster.

A comissão convidou ainda os jornalistas Luis Nassif e Felipe Moura Brasil, e representantes de portais especializados em checagem de notícias e de blogs políticos. Também foi aprovado convite à senadora dos Estados Unidos Elizabeth Warren.

Senado instala subcomissão para desenvolvimento sustentável

Foi instalada ontem, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente (CMA), a Subcomissão Temporária Brasil Século XXI. O senador Jaques Wagner (PT-BA) foi eleito, por aclamação, presidente do colegiado. Para vice-presidente foi escolhido o senador Confúcio Moura (MDB-RO). Styvenson Valentim (Podemos-RN) foi designado relator.

A subcomissão temporária foi criada para propor políticas públicas e reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social que visem propiciar o desenvolvimento sustentável.

O colegiado também apresentará ideias para alavancar os investimentos nacionais e estrangeiros com o objetivo

de gerar emprego e renda e reduzir a desigualdade.

A subcomissão deve promover debates com representantes sindicais, empresariais e da sociedade civil, como cientistas, juristas, ambientalistas, intelectuais e ativistas, para subsidiar suas propostas legislativas.

Wagner destacou que a primeira atividade da comissão será a promoção de um seminário para discutir sustentabilidade e desenvolvimento com especialistas convidados.

Além de Jaques Wagner, Confúcio Moura e Styvenson Valentim, são membros da comissão Otto Alencar (PSD-BA), Eliziane Gama (Cidadania-MA) e Leila Barros (PSB-DF).

Senado promoverá debate sobre a reforma do Código Comercial

A comissão temporária do Código Comercial aprovou ontem pedido de Angelo Coronel (PSD-BA) de audiência sobre um marco legislativo para negócios. O debate ainda não tem data marcada.

— Nós precisamos fazer uma integração no Brasil para que tenhamos realmente um Código Comercial que atenda à expectativa do empresariado brasileiro, no que diz respeito ao comércio e à indústria — defendeu Coronel.

O colegiado deve convidar Fábio Ulhoa Coelho, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Renato Scardoa, do Instituto Brasileiro de Direito Empresarial; Francisco Satiro, da Universidade de São Paulo; Marcos Lisboa, do Insper; e Júlio César Moreira Barbosa, da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Também foi aprovada a prorrogação, por mais 30 dias, do prazo para a apresentação de emendas.



Ana Luiza e deputado Edilázio Júnior ouvem Cleaver, do Itamaraty